CARTA DE CONJUNTURA

NÚMERO 66 — NOTA DE CONJUNTURA 26 — 1 ° TRIMESTRE DE 2025

INFLAÇÃO

Análise e projeções de inflação

Maria Andréia Parente Lameiras
Técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

maria-andreia.lameira@ipea.gov.br

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira
Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

tarsylla.oliveira@ipea.gov.br

Divulgado em 04 de abril de 2025.

Sumário

Ao longo do último trimestre, o cenário inflacionário brasileiro se tornou um pouco mais adverso, marcado por uma nova aceleração dos índices de preços, combinada com a retomada mais forte das medidas de núcleo de inflação. Além do impacto exercido pela alta dos preços dos alimentos no domicílio, os aumentos mais fortes dos bens industriais e dos serviços explicam este quadro de pressão inflacionária mais intensa. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em fevereiro, no acumulado em doze meses, a inflação brasileira registrou alta de 5,1% , repercutindo os reajustes de 7,1% dos alimentos no domicílio, de 3,2% dos bens industriais, de 5,3% dos serviços e de 5,2% dos preços administrados.

No caso dos alimentos, a inflação deste segmento decorreu, sobretudo, da forte alta dos preços das proteínas animais e do café no mercado internacional, que, conjugada com a depreciação cambial de aproximadamente 17% nos últimos doze meses, gerou um aumento da rentabilidade das exportações, levando ao deslocamento de uma parcela maior da produção doméstica para o exterior. Em relação aos bens industriais, observa-se que, além da aceleração de 21% nas cotações das *commodities* metálicas em dólar, nos últimos doze meses, a depreciação cambial gerou um forte aumento nos custos de produção, cujo repasse para o varejo vem sendo possibilitado pela expansão da massa salarial. De modo semelhante, diante de um mercado de trabalho que, embora em desaceleração, ainda mostra bastante dinamismo, o aumento dos salários reais vem mantendo não apenas a pressão sobre os custos de mão de obra, mas também a continuidade da expansão do consumo das famílias, o que explica a alta da inflação de serviços. Por fim, em que pese um leve repique na margem e uma taxa de inflação ainda elevada, os preços administrados apresentam uma trajetória de desaceleração nos meses mais recentes, repercutindo os reajustes menos acentuados da gasolina, dos medicamentos e dos planos de saúde.

Não obstante este contexto menos favorável, construir um cenário prospectivo para a inflação tem se tornado mais desafiador, tendo em vista o aumento das incertezas tanto na esfera internacional quanto na doméstica. No âmbito externo, o agravamento das tensões comerciais e geopolíticas – em especial, impulsionadas por ações do governo norte-americano – pode gerar pressões sobre os preços das *commodities* e provocar mudanças nas políticas de juros internacionais, afetando, assim, o comportamento da taxa de câmbio no Brasil. No âmbito interno, embora o mercado de trabalho e o nível de atividade já indiquem certa perda de dinamismo, essa desaceleração ainda é bastante moderada, o que garante a continuidade da expansão da massa salarial e seus reflexos sobre a inflação, sobretudo nos preços dos serviços.

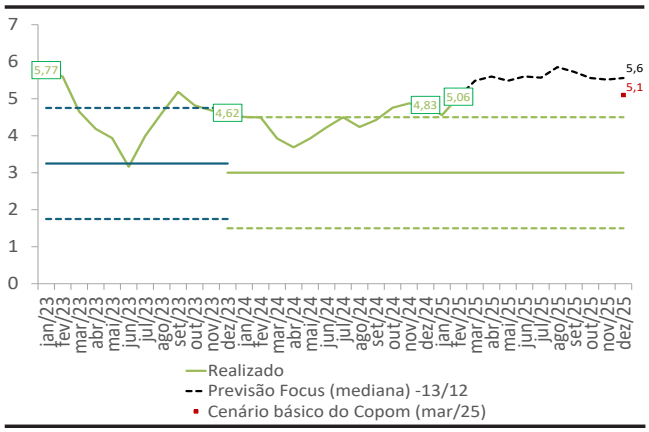
Diante de um contexto menos favorável que o projetado no trimestre anterior, o Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea revisou para cima suas previsões de inflação para 2025. A estimativa de alta do IPCA passou de 4,8% para 5,2%, enquanto a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) aumentou de 4,7% para 4,9%. Vale destacar que essa revisão ocorre mesmo com uma melhora nas perspectivas para o desempenho dos alimentos nos próximos meses. Com o aumento da estimativa da safra brasileira de grãos – prevista em 11,0% pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) – e a expectativa de efeitos climáticos menos severos, a projeção da inflação de alimentos no IPCA recuou de 8,4% para 7,1%, e no INPC, de 8,3% para 6,9%. Em contrapartida, nos demais segmentos, as expectativas inflacionárias foram elevadas, tanto no IPCA quanto no INPC. No caso dos bens industriais, a revisão reflete não apenas o aumento mais expressivo desses itens no primeiro bimestre do ano, mas também a trajetória de aceleração mais intensa dos preços ao produtor. Com isso, a inflação estimada para o segmento passou de 2,5% para 3,6% no IPCA, e de 2,3% para 3,2% no INPC. Quanto aos serviços livres, o aumento da previsão está relacionado à continuidade da expansão da massa salarial e ao aquecimento do mercado de trabalho, que seguem pressionando tanto a demanda por serviços quanto os seus custos de produção. Dessa forma, as projeções subiram de 4,8% para 5,6% no IPCA, e de 4,7% para 5,3% no INPC. Por fim, com o aumento mais significativo das tarifas de ônibus urbano nos primeiros meses do ano, as projeções para a inflação dos preços administrados também foram ajustadas para cima: de 4,7% para 4,9% no IPCA e de 4,5% para 4,8% no INPC.

Cabe ressaltar, no entanto, que ainda existem fatores que podem alterar essas trajetórias inflacionárias previstas. De um lado, uma deterioração adicional no cenário internacional pode provocar novos choques de oferta – decorrentes de uma aceleração mais intensa nos preços das *commodities* – e levar a novas desvalorizações cambiais, caso os Estados Unidos adotem uma política monetária mais restritiva. De outro lado, um avanço ainda maior na produção de cereais e leguminosas, aliado ao bom desempenho das proteínas animais e dos produtos *in natura*, pode contribuir para aliviar ainda mais a inflação de alimentos. Da mesma forma, uma melhora na confiança dos agentes econômicos em relação à condução das políticas monetária e fiscal pode gerar efeitos positivos sobre o câmbio, beneficiando não apenas a inflação corrente, mas também a ancoragem das expectativas inflacionárias para os próximos anos.

1 Inflação: aspectos gerais e projeções

Os dados mais recentes mostram que o ambiente inflacionário brasileiro continua bastante pressionado, combinando índices de preços em patamares pouco confortáveis e em contínua aceleração das medidas de núcleo, mantendo, assim, as expectativas de inflação desancoradas. Em fevereiro, a inflação brasileira acumulada em doze meses, medida pelo IPCA, registrou alta de 5,1% , atingindo o maior nível desde setembro de 2023. Além do impacto da alta dos alimentos, a aceleração dos preços dos bens industriais e os reajustes mais intensos dos serviços, especialmente os subjacentes, explicam este quadro de deterioração inflacionária. Nesse contexto, tanto as expectativas de mercado – retratadas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BCB) – quanto o cenário base definido pelo Comitê de Política Monetária (Copom), em março, sinalizam que o processo de

GRÁFICO 1
IPCA: taxa de variação acumulada em doze meses e metas de inflação
(Em %)

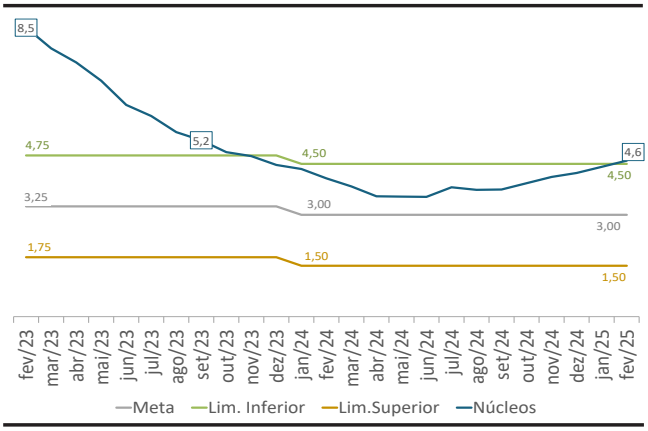


Fonte: IBGE e BCB.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

desinflação brasileiro tende a ser mais longo e custoso (gráfico 1), tendo em vista que as projeções mostram uma nova aceleração da inflação em 2025, comparativamente à observada em 2024. Assim como vem ocorrendo com os índices de preços, as métricas de núcleo da inflação também retratam um cenário mais adverso, tendo em vista que, diante da recente aceleração, essas medidas já estão, inclusive, acima do teto da meta estipulada para os próximos anos (gráfico 2).

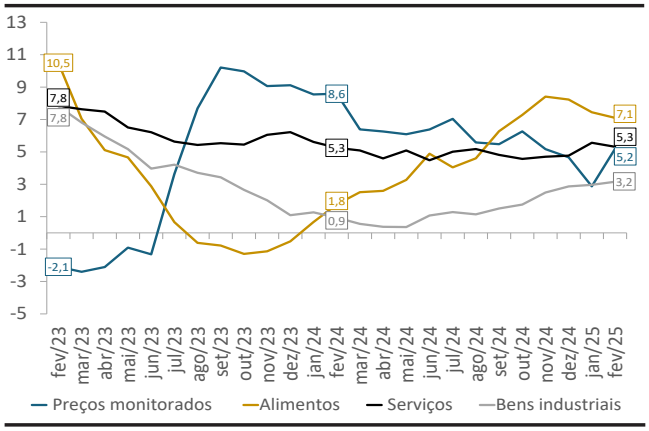
A partir da desagregação do IPCA por categorias, observa-se que a variação de 5,1% acumulada em doze meses reflete a alta de 5,2% dos preços administrados, de 7,1% dos alimentos, de 5,3% dos serviços e de 3,2% dos bens industriais (gráfico 3).

GRÁFICO 2
IPCA: média de núcleos acumulada em doze meses
(Em %)



Fonte: BCB.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

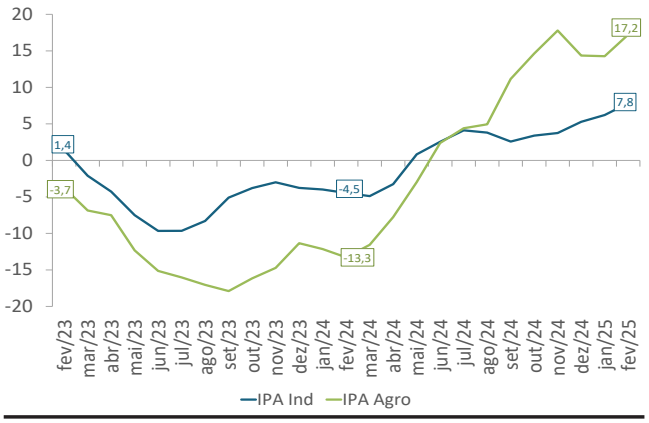
GRÁFICO 3
IPCA por categorias: taxa de variação acumulada em doze meses
(Em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

No caso dos alimentos, nota-se que, mesmo diante de uma descompressão inflacionária no último bimestre, este segmento ainda mostra taxas de variações de preços em doze meses bastante elevadas, refletindo, sobretudo, o aumento de 17,2% dos preços agropecuários ao produtor (gráfico 4). De modo similar, a alta de 7,8% dos preços industriais ao produtor vem impactando de maneira mais forte os bens de consumo no varejo, cuja taxa de inflação em doze meses avançou de 0,9%, em fevereiro de 2024, para 3,2%, em fevereiro de 2025. Nota-se que a alta dos preços no atacado é resultante do aumento dos custos de matérias-primas, repercutindo a aceleração das cotações das *commodities* no mercado internacional, além da forte desvalorização cambial (gráfico 5). No acumulado em doze meses, as *commodities* metálicas registraram alta de 21,0%, enquanto as agrícolas apontam variação de 8,8%. Já a desvalorização cambial observada entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2025 é de aproximadamente 17%.

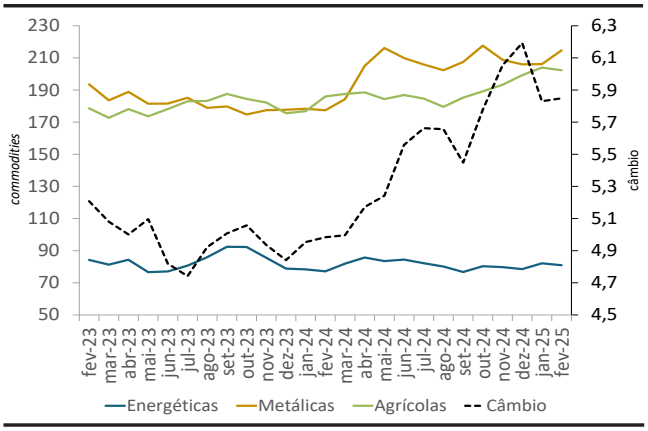
GRÁFICO 4
Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA): taxa de variação acumulada em doze meses
(Em %)



Fonte: Fundação Getulio Vargas (FGV).
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Em relação aos preços administrados, observa-se que, embora tenha ocorrido uma repique inflacionário na margem, este conjunto de bens e serviços vem registrando uma trajetória de desaceleração que deve perdurar nos próximos meses, beneficiados por altas mais amenas da gasolina, da energia elétrica, dos medicamentos e dos planos de saúde. Por fim, o comportamento da inflação dos serviços livres reflete uma trajetória bastante resiliente, sustentada, de um lado, pela continuidade da expansão da massa de rendimentos e, de outro, pelo aumento dos custos relativos à mão de obra, ambos provenientes de um mercado de trabalho ainda bastante dinâmico.

GRÁFICO 5
Índice de *commodities* e taxa de câmbio
(Em US$)



Fonte: BCB.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Dez./2005=100 e taxa de câmbio R$/US$.

Diante desse contexto menos benigno, as expectativas inflacionárias para o ano foram revistas para cima, apesar da melhora esperada para o comportamento da inflação de alimentos. A previsão do Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea para o IPCA, em 2025, avançou de 4,8% para 5,2% (tabela 1). Já para o INPC, a alta projetada passou de 4,7% para 4,9% (tabela 2). No caso dos alimentos no domicílio, o aumento da projeção para a safra brasileira de grãos – estimada em 11,0% pelo LSPA – e a incidência de efeitos climáticos menos rigorosos fizeram com que a inflação de alimentos projetada para o IPCA recuasse de 8,4% para 7,2%, enquanto a alta estimada no INPC passou de 8,3% para 6,9%.

Para os demais segmentos, tanto no IPCA quanto no INPC, as expectativas de inflação foram majoradas . Para os bens industriais, a revisão das projeções reflete não apenas o aumento mais acentuado destes itens no primeiro bimestre do ano, mas também a trajetória de aceleração dos preços ao produtor. Deste modo, a inflação estimada para este segmento avançou de 2,5% para 3,6% no IPCA e de 2,3% para 3,2% no INPC. Já em relação aos serviços livres, as projeções de inflação passaram de 4,8% e 4,7%, no IPCA e no INPC, respectivamente, para 5,6% e 5,3%, nesta mesma ordem. Além da aceleração dos serviços subjacentes no último trimestre, encerrado em fevereiro, a manutenção da expansão da massa salarial e o mercado de trabalho ainda bastante aquecido devem continuar pressionando não só a demanda deste setor mas também os seus custos de produção, gerando, desta forma, reajustes de preços mais intensos. Por fim, diante de uma alta mais acentuada das tarifas de ônibus urbano nos primeiros meses do ano, as expectativas para a inflação dos preços administrados foram revistas para cima, passando de 4,7%, no IPCA, e de 4,5%, no INPC, para 4,9% e 4,8%, respectivamente.

TABELA 1
IPCA: projeção para 2025
(Em % e p.p.)

	Peso	Projeção anterior - Dezembro/24		Projeção atual - Março/25	
		Previsão da taxa de variação	Contribuição para o IPCA 2025	Previsão da taxa de variação	Contribuição para o IPCA 2025
Alimentos no domicílio	16,0	8,4%	1,3	7,2%	1,2
Bens industriais	23,5	2,5%	0,6	3,6%	0,8
Serviços - totais	34,6	4,8%	1,7	5,6%	1,9
Serviços - exceto educação	29,7	4,5%	1,3	5,4%	1,6
Educação	5,0	6,9%	0,3	6,5%	0,3
Administrados	25,9	4,7%	1,2	4,9%	1,3
IPCA	100,0	4,8%		5,2%	

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: p.p. – pontos percentuais.

TABELA 2
INPC: projeção para 2025
(Em % e p.p.)

	Peso	Projeção anterior - Dezembro/24		Projeção atual - Março/25	
		Previsão da taxa de variação	Contribuição para o INPC 2025	Previsão da taxa de variação	Contribuição para o INPC 2025
Alimentos no domicílio	19,5	8,3%	1,6	6,9%	1,3
Bens industriais	26,7	2,3%	0,6	3,2%	0,9
Serviços - totais	28,5	4,7%	1,3	5,3%	1,5
Serviços - exceto educação	25,0	4,4%	1,1	5,2%	1,3
Educação	3,5	6,9%	0,2	6,4%	0,2
Administrados	25,3	4,5%	1,1	4,8%	1,2
INPC	100,0	4,7%		4,9%	

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Deve-se registar, no entanto, que não está descartada a ocorrência de fatores que podem impactar positivamente ou negativamente as trajetórias de inflação estimadas. De um lado, a probabilidade de uma piora ainda maior no cenário internacional pode gerar não apenas novos choques de oferta advindos de uma aceleração mais forte dos preços de *commodities*, mas também novas desvalorizações cambiais originadas pela adoção de uma política monetária mais restritiva nos Estados Unidos. De outro lado, um aumento ainda mais forte da produção de cereais e leguminosas, aliado a um desempenho mais benevolente das proteínas animais e dos produtos *in natura*, traria um alívio adicional sobre a inflação de alimentos. De modo similar, a melhora no nível de confiança dos agentes econômicos na condução das políticas monetária e fiscal pode gerar efeitos positivos sobre o câmbio, impactando favoravelmente não apenas a inflação corrente mas também a ancoragem das expectativas inflacionárias para os próximos anos.

2 Inflação de alimentos

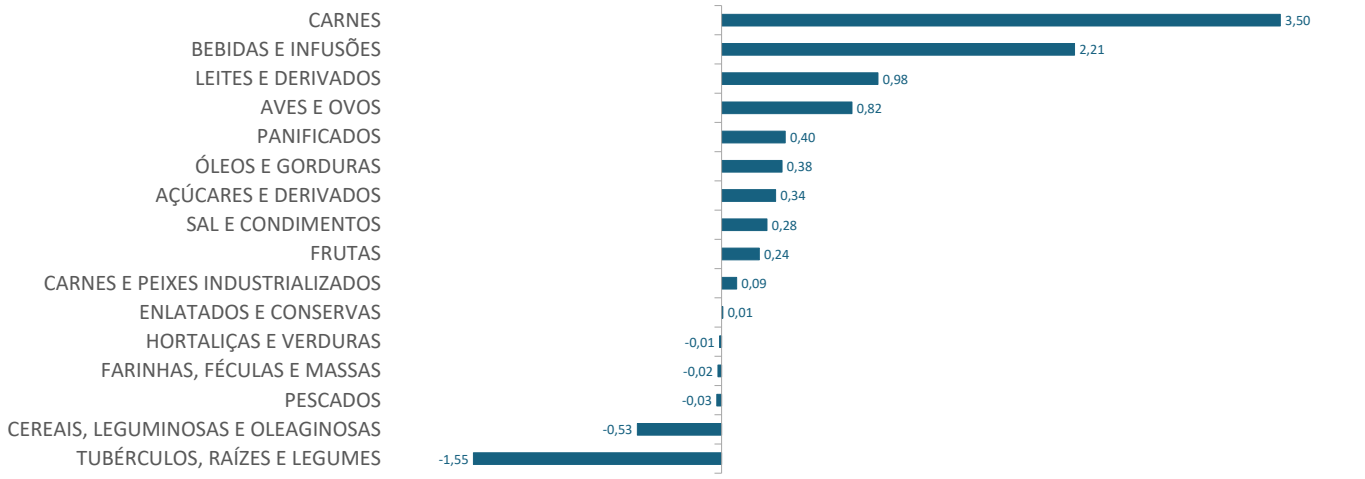
Os dados mais recentes mostram que, embora em trajetória de desaceleração, a inflação dos alimentos no domicílio ainda se encontra em patamar desconfortável, tendo em vista que em fevereiro, no acumulado em doze meses, este segmento aponta alta de 7,1%. Apesar da deflação observada em itens importantes como cereais, leguminosas, tubérculos e legumes, os dados desagregados revelam que os aumentos significativos das proteínas animais e do café foram responsáveis por mais de 80% da inflação total observada neste segmento (gráfico 6). Deve-se pontuar, ainda, que grande parte da variação registrada destes produtos reflete o deslocamento de uma parte maior da produção doméstica para o mercado externo. Além da alta dos preços internacionais dessas *commodities*, a depreciação cambial de aproximadamente 17%, nos últimos doze meses, gerou um aumento da rentabilidade das exportações, reduzindo, por conseguinte, a oferta doméstica de alimentos.

Dentro desse contexto, em março, o governo federal brasileiro implementou diversas medidas para ajustar o imposto de importação como estratégia para amenizar a inflação de alimentos, que tem impactado especialmente o custo de vida das famílias de renda mais baixa (tabela 3). Essas iniciativas, focadas em zerar, por prazo indeterminado, alíquotas de importação de produtos essenciais, visam aumentar a oferta no mercado interno e, consequentemente, pressionar os preços para baixo. Complementarmente, o governo solicitou aos estados a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre itens da cesta básica, já isentos de tributos federais, e anunciou incentivos no Plano Safra 2025 para priorizar a produção de alimentos voltados ao consumo doméstico.

Considerando esse conjunto de medidas, além da melhora para a estimativa de safra (11%) feita pelo LSPA e a probabilidade da ocorrência de efeitos climáticos menos intensos, as projeções para a inflação deste grupo, feitas

pelo Grupo de Conjuntura do Ipea, em 2025, foram revistas para baixo . No caso do IPCA, a alta projetada para os alimentos no domicílio, em 2025, recuou de 8,4% para 7,2%, ao passo que a estimada no INPC passou de 8,3% para 6,9%.

GRÁFICO 6
Alimentos no domicílio: contribuições à inflação acumulada em doze meses
(Em p.p.)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 3
Mudanças das alíquotas do Imposto de Importação
(Em %)

	Alíquota anterior	Alíquota atual
Carne bovina	10,8	0,0
Café	9,0	0,0
Açúcar	14,0	0,0
Milho	7,2	0,0
Óleo de girassol	9,0	0,0
Azeite de oliva	9,0	0,0
Sardinha	32,0	0,0
Biscoito	16,2	0,0
Pescados	68,9	0,0
Massas alimentícias	14,4	0,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

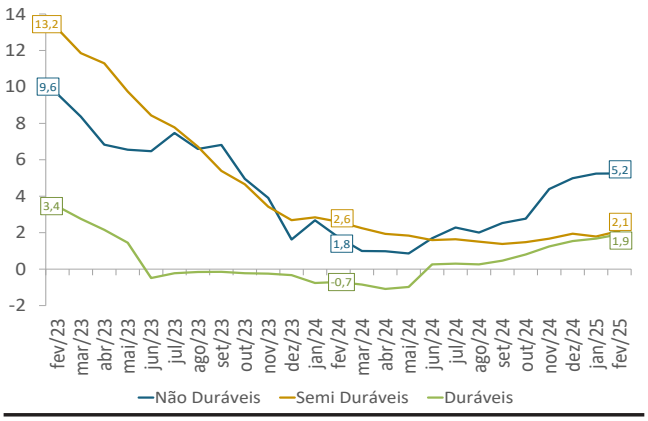
3 Inflação de bens e serviços

Após registrar uma inflação acumulada em doze meses de 1,1%, em novembro de 2024, os bens industriais voltaram a acelerar de modo mais intenso, de maneira que, em fevereiro de 2025, esta taxa chegou a 3,2%. A desagregação deste grupo por categorias de uso revela que o incremento da inflação dos bens industriais ocorreu, sobretudo, entre os não duráveis e os duráveis (gráfico 7).

No caso dos bens de consumo não duráveis, ainda que se verifique alguma acomodação na margem, a alta de 5,2%, nos últimos doze meses, resulta dos reajustes de 20,5% do etanol e de 21,5% do cigarro (tabela 4). De modo similar, a inflação em doze meses dos bens de consumo duráveis também registra alta significativa,

com taxas acumuladas em doze meses que saltaram de -0,7%, em fevereiro de 2024, para 1,9%, em fevereiro de 2025. Nota-se que grande parte da aceleração dos preços dos bens de consumo duráveis deve-se à recomposição mais forte dos preços dos eletroeletrônicos, tendo em vista que, embora no acumulado em doze meses este subgrupo ainda registre queda de 0,1%, esta é bem inferior à deflação de 2,9% registrada no mesmo período de 2024. Em contrapartida, no que diz respeito aos bens de consumo semiduráveis, os dados desagregados mostram que, na comparação com fevereiro de 2024, a inflação acumulada em doze meses deste segmento, em fevereiro de 2025, mostra uma alta mais moderada, beneficiada pela desaceleração na taxa de crescimento dos preços dos itens de vestuário.

GRÁFICO 7
IPCA: bens de consumo industriais – variação acumulada em doze meses
(Em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

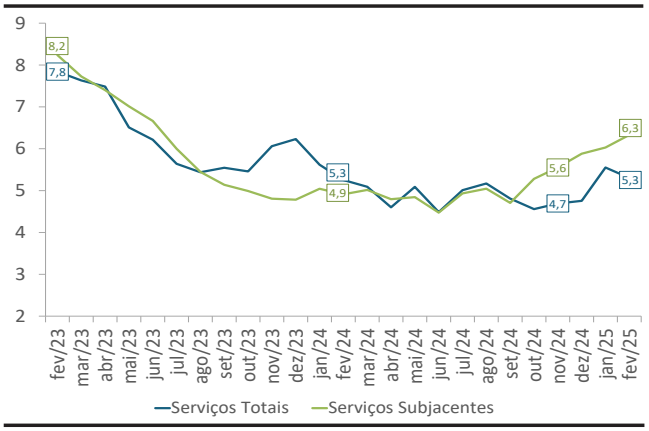
TABELA 4
IPCA: bens de consumo industriais por segmentos – variação acumulada em doze meses
(Em %)

	Mar/23-Fev/24	Mar/24-Fev/25
Bens de consumo duráveis	-0,7	1,9
Mobiliário	2,6	4,0
Eletroeletrônicos	-2,9	-0,1
Automóveis	1,6	4,0
Motocicleta	3,6	2,7
Bens de consumo semiduráveis	2,6	2,1
Utensílios e enfeites	-2,1	-1,9
Cama, mesa e banho	-3,8	0,8
Vestuário	3,1	2,9
Bens de consumo não duráveis	1,8	5,2
Artigos de limpeza	-1,2	0,5
Artigos de higiene	3,2	4,3
Etanol	-5,3	20,5
Cigarro	2,4	21,5

Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Já em relação aos serviços livres, apesar dos dados mostrarem que, no acumulado em doze meses, a inflação deste segmento ficou estável, entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2025, nos meses mais recentes observa-se uma retomada mais forte deste segmento impulsionada pelo aumento mais expressivo nos preços dos serviços subjacentes (gráfico 8). Por certo, este grupo que exclui do conjunto total dos serviços aqueles itens com maior volatilidade (passagem aérea, hotel, excursão, empregada doméstica, mão de obra residencial, cursos, internet e TV a cabo) mostra uma alta mais acentuada no último trimestre, dado que a taxa de variação acumulada em doze meses saltou de 5,6%, em novembro de 2024, para 6,3%, em fevereiro de 2025. Deve-se pontuar, ainda, que a inflação corrente dos serviços tem sido aliviada

GRÁFICO 8
IPCA: inflação de serviços livres acumulada em doze meses
(Em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

pelo comportamento das passagens áreas, com deflação de 9,8% em doze meses, até fevereiro, o que possibilitou a desaceleração dos serviços de transporte (tabela 5).

TABELA 5
IPCA: inflação de serviços livres desagregada – variação acumulada em doze meses
(Em %)

	Mar/23-Fev/24	Mar/24-Fev/25
Serviços totais	5,3	5,3
Serviços de Alimentação	5,0	6,7
Serviços Residenciais	4,8	5,7
Serviços de Transportes	6,6	4,5
Serviços Médicos	6,2	7,0
Serviços pessoais e de recreação	5,1	4,7
Serviços de Educação	6,6	6,4
Serviços de Comunicação	3,4	2,2

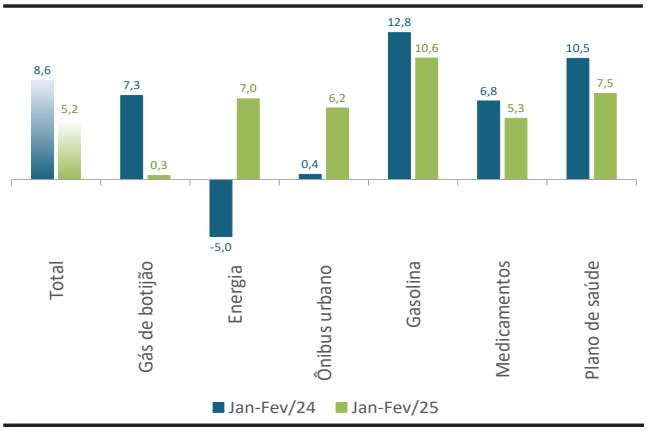
Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

De maneira geral, diante de uma aceleração mais forte dos bens industriais e dos serviços livres no primeiro bimestre do ano, conjugada à alta mais acentuada dos preços industriais no atacado e à expansão ainda significativa da massa salarial real, as projeções de inflação do Grupo de Conjuntura do Ipea para os bens industriais e os serviços livres, para 2025, foram revistas para cima. No caso dos bens industriais, as altas projetadas passaram de 2,5%, no IPCA, e de 2,3%, no INPC, para 3,6% e 3,2%, respectivamente. Em relação aos serviços livres, as previsões avançaram de 4,8% para 5,6%, no IPCA, e de 4,7% para 5,3%, no INPC.

4 Inflação de preços monitorados

Em que pese o repique inflacionário em fevereiro, dado o fim da bonificação para as tarifas de energia em janeiro, os preços administrados seguem em trajetória de desaceleração, de modo que, no acumulado em doze meses, a alta deste segmento recuou de 8,6%, em fevereiro de 2024, para 5,2%, em fevereiro de 2025. Por certo, mesmo diante de uma piora no desempenho da energia elétrica e das tarifas de ônibus urbano ao longo do último ano, o recuo no ritmo de alta dos preços da gasolina, do gás de cozinha, dos medicamentos e dos planos de saúde explica esta melhora dos preços administrados no período (gráfico 9). No entanto, diante desta alta mais expressiva das tarifas de ônibus urbano nos primeiros meses de 2025, as estimativas de inflação para os preços administrados, em 2025, foram revisadas para cima. No caso do IPCA, a projeção passou de 4,7% para 4,9%, enquanto no INPC a revisão elevou a taxa de 4,5% para 4,8%.

GRÁFICO 9
IPCA: inflação de preços monitorados – variação acumulada em doze meses
(Em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora y Araujo
Sandro Sacchet de Carvalho
Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Debora Mesquita Pimentel
Felipe dos Santos Martins

Equipe de Assistentes:

Beatriz de Luna Barreto
Marcelo Guedes Pecly
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Equipe Administrativa:

Aline Conceição Santos
Carla Nunes Menezes
Rosanne Rodrigues Barbosa

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.